

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

ATA Nº 052

PRESIDENTE – DEPUTADO WILSON SANTOS

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Invocando o nome de Deus, em nome da população mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, na Comunidade de Palmeiras, com o objetivo de debater a regularização fundiária rural e urbana do Município de Santo Antônio de Leverger, abrangendo as comunidades Agrovila das Palmeiras; Vale Palmeiras; Ribeirão do Glória; Vale Samambaia; Gleba Resistência; Ribeirão do Estiva; Boa Ventura; PA Banco do Brasil; PA Santana Taquaral; PA Santana Buritizal; Serrana; Sangradouro; São Sebastião; Caeté; Vale Abençoado; Pontal do Glória; Bigorna e Águas Claras. Se me esqueci de alguma comunidade, por favor, chamem-me a atenção.

Quero convidar, para compor a mesa, o meu amigo, Prefeito de Santo Antônio de Leverger, Valdir Pereira de Castro Filho (Valdirzinho); o Presidente do Instituto Estadual de Terras de Mato Grosso-INTERMAT, Dr. Demilson Nogueira, Vereador por Cuiabá; representando o Superintendente do INCRA, o Dr. João Bosco de Moraes, o Assistente de Gabinete do INCRA em Mato Grosso, Batmasterson Schmidt; o Chefe de Escritório da EMPAER, Sandro Negretti; representando a Procuradoria da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, o corpo de Procuradores da Assembleia, que será palestrante nesta tarde, a Dr^a Fernanda Lúcia Oliveira de Amorim. (PALMAS)

Agradeço a presença de Franklin Luiz Carvalho Silva, ex-Vereador, ex-Presidente da Câmara Municipal; José Benedito de Souza, Presidente da Associação Serrana São Vicente; Lázaro Avelino dos Santos, Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar da Comunidade de São Sebastião; Jesubert Rodrigues, Presidente da Associação do P.A Santana do Taquaral, meu amigo Beto; João Mendes de Souza, Presidente da Associação Águas Claras; Joaquim Batista Neto, Presidente da Gleba Bigorna; Milton Dourado, Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Vale das Palmeiras.

Como está muito quente, quero passar a palavra à Dr^a Fernanda, que dispõe de vinte minutos para a sua palestra.

Como eu disse no início, esta é uma Audiência Pública da Assembleia Legislativa de Mato Grosso; os servidores da Assembleia Legislativa estão aqui; as Taquígrafas estão aqui, quem quiser, daqui a dez, quinze dias, ter o documento completo, Prefeito Valdirzinho, de tudo que for debatido aqui, de tudo que for discutido aqui, a Assembleia Legislativa fornece esse material gratuitamente.

Tudo que está sendo discutido, falado aqui, vai ser registrado. Por isso, ninguém pode falar longe do microfone. Todas as falas têm que ser no microfone, porque esta Audiência Pública está sendo gravada.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Esta Audiência Pública é histórica, será totalmente gravada. Todos que quiserem fazer perguntas, os que vieram aqui para entregar ofícios, poderão fazer, mas tem que ser por meio do microfone para que fique registrado e isso será transcrito em um documento.

Então, o que for falado aqui, hoje, vai ser documentado e entregue ao Prefeito Valdir, à Câmara Municipal, ao Governador do Estado, ao INCRA, ao INTERMAT, à EMPAER e a todos que quiserem este documento.

Qual é o objetivo desta Audiência Pública? Debater a regularização fundiária rural e urbana do Município de Santo Antônio de Leverger. Vamos discutir aqui titulação, título definitivo, título provisório, escritura, registro, tanto dos assentamentos da zona rural como também da área urbana de Santo Antônio de Leverger.

Está aqui o Dr. Demilson, ex-Prefeito de Ponte Branca, Vereador da Capital, que está emprestado ao Governo Pedro Taques, é o Presidente do INTERMAT - Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso; aqui está o Negretti, neste ato representando a EMPAER; está aqui o Batmasterson Schmidt, que representa o INCRA. O Superintendente Estadual do INCRA, Dr. João Bosco, não pode vir, mas mandou um representante do INCRA, o Batmasterson.

Nós teremos duas palestras que serão feitas, rápidas, de 15 a 20 minutos, depois abriremos a palavra ao Prefeito, aos componentes da mesa e a quem quiser falar, mas que nos concentremos no tema da Audiência Pública: “Regularização fundiária rural e urbana”. “Eu sou da Bigorna; eu sou do Taquaral, quero saber como é que está a escritura; como é que está o geo; como é que está a topografia; como é que vem o topógrafo; como é que não vem; eu já dei documento; fui cadastrado e as casas...”. Enfim, o assunto aqui, hoje, é regularização fundiária, documentação. Outros assuntos, nós vamos deixar para o final. Está certo? Hoje viemos discutir aqui regularização fundiária.

Passo a palavra ao Prefeito para saudá-los. Em seguida, começaremos as duas palestras.

O SR. VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO (VALDIRZINHO) – Deputado Wilson Santos, em seu nome cumprimento todas as autoridades que compõem este dispositivo; todos os presidentes de Associações; Comunidades; Secretários Municipais; Subprefeito; o meu amigo Dr. Munir, que acabou de chegar, da Defensoria Pública; enfim, sintam-se todos abraçados nesta tarde calorosa.

O tema é importantíssimo para nós, Deputado, e aqui quero ressaltar a importância da regularização fundiária dentro de Santo Antônio de Leverger, minha amiga Daniela, da gleba Resistência, porque Santo Antônio de Leverger tem uma defasagem, tem uma demanda enorme, tanto urbana como rural, tanto do INTERMAT quanto do INCRA, e sempre paramos nos processos no sentido de que a burocracia é muito grande, as etapas são muitas e demoradas, e assim vai desmotivando, vai parando esse processo.

Eu agradeço a presença dos representantes do INTERMAT.

Dr. Munir Arfox, por favor, componha conosco a mesa.

Peço uma salva de palmas para o Dr. Munir... (PALMAS) ...Defensor Público na área fundiária.

Aproveito para cumprimentar a minha amiga Joelza, da Gleba Resistência.

Deputado, para a nossa população o título da terra vale até mais do que o nosso próprio Registro, porque sem esse título não conseguimos financiamento, não conseguimos residência, não conseguimos incentivos como o PRONAF e como outros programas federais e estaduais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Eu quero agradecer a presença do senhor, a matéria que o senhor trouxe, que é de suma importância.

Como Prefeitura Municipal, temos um departamento exclusivo para regularização fundiária, já estamos mexendo com vários processos, já temos áreas georreferenciadas dentro do nosso Município, como a Varginha que está georreferenciando; o Taquaral, se não me falha a memória, salvo engano, já está georreferenciado; temos áreas com disputas judiciais, áreas essas como Vale Abençoado, Serrana e Gleba Resistência, que ainda estão em disputa judicial, que é bom citar, e buscarmos um caminho unindo forças.

Santo Antônio de Leverger é composto de pessoas ordeiras, trabalhadoras, pessoas humildes e, acima de tudo, quer fazer da terra, da agricultura familiar, o arrimo e o sustento da sua família.

Muito obrigado a todos, uma boa Audiência Pública e que Deus ilumine cada um de vocês. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Nós vamos passar a palavra para a Dr^a Fernanda que fará uma palestra.

A Dr^a Fernanda, repito, é Procuradora concursada da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, é a parte técnica e jurídica da Assembleia Legislativa.

Com a palavra, a Dr^a Fernanda.

A SR^a FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM – Boa tarde!

O meu nome é Fernanda Amorim, como disse o Deputado.

Cumprimento todos da mesa, as autoridades presentes; os servidores públicos e o Dr. Munir na pessoa do Deputado Wilson Santos.

Eu sou técnica.

O Deputado Wilson Santos fez questão de convocar esta Audiência Pública. Por acaso, está na época eleitoral, mas ela não é eleitoreira, mesmo porque ele já convocou inúmeras Audiências Públicas, mas o maior impasse do nosso Estado é a regularização fundiária.

Se eu estiver errada, Dr. Munir, um dos maiores trabalhos que a Defensoria Pública tem é regularizar essa situação, inúmeros processos. Quantos estão aqui, quantos já sentaram aqui neste calor, na esperança de ter um título. Não é verdade?

Mas o que faltava? O que sempre faltou?

Sempre faltava, minha gente, não era vontade política, não, faltava o legislador tratar esse assunto de forma unificada, de forma célere.

Agora ele fez isso com a Lei nº 13.465m do ano passado.

Essa é uma lei, Sr. Prefeito, que deu uma autonomia para os municípios muito grande.

Em que pese falar que é uma lei de regularização urbana, Dr. Munir, o senhor pode me corrigir, ela também cuida do rural.

Ou seja, gente, deu ao prefeito municipal, deu ao Município, deu ao Parlamento, ao Deputado, uma autonomia maior para convocar.

Então, seu Lázaro, o senhor como Presidente de Associação, eu acho, Deputado, que deveria convocar todos com o Dr. Munir, conosco presente, para colocar essa lei em prática. Que comece esse processo com o requerimento do presidente da associação.

Hoje até a área pública, até área pública, essa lei está permitindo que se regularize.

Para quem será esse requerimento? Para o prefeito municipal, para que se aplique essa lei.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Poderão ser emitidos títulos, inclusive títulos de forma individual, se for o caso - se for o caso.

O que precisamos, Deputado? Nos organizar, acreditar e comparecer, seu Lázaro, unir a comunidade, os presidentes de associações, fazer esse requerimento e jogar essa batata quente nas mãos do Prefeito e do Deputado, que têm que resolver!

Chega de vir a reuniões, de blá-blá-blá, de mimimi. Ninguém aguenta mais! Vamos pôr o preto no branco. Vamos requerer.

Eu faço uma proposta, Deputado Wilson Santos, Sr. Prefeito, que o Poder Público Municipal se una com o Parlamento, Assembleia Legislativa e com a Defensoria Pública para fazer um estudo dessas comunidades, ver em qual regularização fundiária, se é de interesse social, se é regularização fundiária especial, se aplica cada um, oferecer para os presidentes de associação essa assessoria para que eles deem entrada nesse procedimento de regularização.

Aqui prevê até aqueles casos de processos que têm processo judicial. Pode, sim, acabar com o processo judicial e dar o título para vocês.

A verdade é uma só: está todo mundo cansado.

Quando eu vejo esses olhares voltados para mim, fico pensando: será que desta vez vai? Será que essa dona que está aí falando não vem com mais uma promessa vazia?

Vou dizer para vocês: não estou aqui para fazer promessa vazia porque eu não sou política. Estou aqui para oferecer o meu trabalho como servidora pública. Para isso sou paga.

Estou colocando à disposição, Sr. Lázaro, do senhor e dos presidentes de associações para elaborarmos esse documento.

Preciso do apoio da Assembleia Legislativa, Sr. Deputado Wilson Santos, para elaborar o estudo de cada comunidade, de cada assentamento.

Inclusive aqui prevê que pode regularizar área da União, que a União pode doar essa área, Sr. Prefeito, independente de desafetar, diretamente para o Município, para que o Município dê o título direto para o assentado, inclusive com relação a pior parte, que é a parte ambiental.

Se você tem problema ambiental, não vai ter mais problema ambiental com a nova lei. Ou seja, essa lei veio para dar uma esperança, uma luz no final do túnel para nós.

Essa é uma lei de 2017, é uma lei nova, que não se colocou em prática ainda.

O Estado de Mato Grosso pode sair à frente, Deputado Wilson Santos. Abraça essa causa! Tome essa bandeira, porque quem está olhando aqui para mim não acredita mais, mas precisa, porque não tem outra forma de conseguir o seu título senão pelo poder público. Chega de promessas, chega de esperança e vamos colocar em prática.

Eu estou à disposição de vocês. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Dr^a Fernanda, que foi direto ao assunto, foi no ponto e trouxe uma novidade importante. Tem uma lei nova, uma lei federal que agora dá autonomia aos municípios e essa lei nem o Estado ainda está conseguindo aplicar. O nosso objetivo aqui é esse, Dr. Munir, que tomemos conhecimento da lei.

Depois a Dr^a Fernanda poderá detalhar o a lei específica, que tipo de autonomia ela dá aos municípios, até onde os municípios podem ir, até onde o INTERMAT pode ir, é uma lei nova, recente, de 2017, do ano passado e que ninguém ainda colocou em prática, em julho de 2017... Está aí há um ano e um mês.

Daqui a pouquinho pediremos para ela explicar para nós que lei é essa, Dona Betinha, que tipo de facilitação que a lei dá. Parece que a lei traz o município para dentro da reforma

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

agrária de vez, ela arrasta o município e dá autonomia para que o município titule. Agora, vamos ver se o município tem condições, o que é que a lei também ampara o município. Não é isso?

Vamos passar a palavra agora ao Presidente do INTERMAT, um moço que vem fazendo um trabalho extraordinário, batendo recordes atrás de recordes em titulação, é um jovem mais experiente, já foi prefeito de uma cidade, Ponte Branca, no Araguaia, é Vereador pelo Município de Cuiabá e atualmente deixou a Câmara Municipal da Capital e é Presidente do INTERMAT.

Então, é muito importante que o Presidente do INTERMAT estar aqui porque temos vários assentamentos estaduais, assentamentos do Estado. Ouviremos agora a palavra do nosso Presidente do INTERMAT, Dr. Demilson.

O SR. DEMILSON NOGUEIRA MOREIRA – Boa tarde a todos!

Quero saudar o Deputado Wilson Santos; o Prefeito Valdirzinho; o nosso Batmasterson; a Dr^a Fernanda; o nosso colega da EMPAER; o Dr. Munir.

Peço permissão a todos para cumprimentar a Dona Joelza, em nome de todos os assentados, uma pessoa que tem tido um contato constante conosco lá no INTERMAT, tratando da Gleba Resistência.

Em nome da senhora, eu quero saudar a todos.

De extrema importância foi a palestra da Dr^a Fernanda, quando ela falou sobre a Lei do REURB. Realmente essa lei veio para facilitar, mas eu quero anunciar aqui o INTERMAT, Instituto de Terras de Mato Grosso, que hoje completou 100 dias na sua Presidência, agradeço o Governador Pedro Taques pelo convite para estar ali, em seu nome, ajudando a promover a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso.

Ao Prefeito Valdirzinho, a nossa gratidão pela cooperação técnica celebrada com o INTERMAT, onde está sendo possível avançar na regularização aqui no Município de Santo Antônio de Leverger.

Anuncio que estamos presentes no Morro Grande, com auxílio do Professor Pedro Kaiser, que tem nos auxiliado nos trabalhos; na Varginha, com auxílio da Prefeitura; no Brejinho, por meio da Associação de Assentados e, da mesma forma, no Barranco Alto.

O Estado de Mato Grosso também tem, Deputado Wilson Santos, uma ação judicial comandada pela PGE, a envolver os assentados da Colônia Penal, mas a orientação de Governo, que nós temos recebido, é a de promover a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso, que é promover a entrega da dignidade das pessoas que há muito tempo esperam pelos seus lotes.

Nessa situação, eu quero elogiar e aplaudir a iniciativa do Deputado Wilson Santos que trouxe esse importante tema para ser discutido aqui. Hoje nós vamos falar aqui com assentados de mais de dez assentamentos, essa é a importância.

O INTERMAT, Deputado Wilson Santos, tem buscado de toda forma estar presente, o seu Presidente vai ao local dos fatos. Inclusive, eu quero anunciar que se tiver alguém do Vale do Abençoado, que nós recebemos da Casa Civil um Ofício, recentemente – já está se manifestando aqui o representante do Vale do Abençoado – a Casa Civil determinou ao INTERMAT que contrate a perícia para finalizar o processo de assentamento de vocês.

Recebi esse documento, Deputado Wilson Santos, ontem, onde o Governo do Estado de Mato Grosso determina ao INTERMAT que promova a contratação dessa perícia especializada, porque ali não vamos avaliar tão somente terras, vamos avaliar também, Deputado Wilson Santos, a questão do passivo ambiental.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

A minha fala será bem breve, eu fico, Deputado Wilson Santos, à disposição de todos para algum questionamento, alguma coisa a ser debatida ao final. Está feito? Um grande abraço para todos e é um prazer estar aqui com vocês (PALMAS)!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Agora já vamos passar a palavra aos inscritos, o primeiro inscrito da plateia é o Beto, Presidente da Associação do PA Santana do Taquaral. Revezaremos com um da mesa, depois falará o Dr. Batmasterson; mais um da plateia; depois o Dr. Munir; e aí vamos ouvindo a comunidade. Beto, do Santana do Taquaral, fundador do Santana e Presidente da Comunidade, com a palavra.

O SR. JESUBERT RODRIGUES (BETO DO TAQUARAL) – Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar a mesa em nome do nosso Prefeito Municipal Valdirzinho; a plateia, em nome do Poconé, é pouco né, mas é muito grande aquele homem ali, é um dos lutadores da minha época aqui na Agrovila das Palmeiras.

Gente, serei tenso um pouquinho porque entramos com esse pedido desde o ano passado, já tem dois anos nessa luta, lutando para que isto aconteça, esta Audiência Pública venha acontecer aqui, toda segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira eu estou dentro do INCRA e da Assembleia Legislativa lutando para que isso aconteça.

Às vezes, eu ouço falar assim: “Companheiros torcemos para que isso não aconteça”, fala que é mais um blá-blá-blá. Eu gostaria que hoje aqui tivesse mil pessoas dos assentamentos que convidamos. Soltamos o Neco há um mês, faz trinta dias que o Neco fazendo convite em todas as comunidades para o povo vir, para o povo vir, para o povo ficar sabendo o que vocês têm que fazer, o que temos que fazer para chegar aos nossos títulos, que é a nossa vontade, gente.

Eu iniciei aqui na Agrovila das Palmeiras, em 1982, parece-me, fui até candidato a vereador e perdi, mas não arriei a minha bandeira e aqui estou. Está aqui o Deputado Wilson Santos com a sua assessoria, estão aqui os meninos lá do INCRA e do INTERMAT, que toda semana estou nesses órgãos reivindicando para que isso venha acontecer na Agrovila das Palmeiras, para que todos tenham os seus títulos, é de título que nós estamos falando.

Eu estou com 21 anos ali no Santana do Taquaral e nunca quietei nenhum dia. Eu sou igual Dante de Oliveira, de dia eu estou falando, estou correndo atrás de benefícios e à noite as minhas pernas estão mexendo, porque eu estou ali pensando o que é que eu vou falar amanhã, o que é que eu vou fazer amanhã. Eu não durmo, eu durmo muito pouco.

Estou com 73 anos, mas não cansei de lutar pelas comunidades. E não é só Santana do Taquaral, não. Todas essas comunidades que foi falado aqui, nós fizemos o convite para que estivessem aqui, hoje. Se os presidentes conseguissem trazer pelo menos a diretoria deles aqui, teríamos bem mais pessoas hoje, aqui.

Eu agradeço à Doutora que falou, será cobrada por mim, pode ficar tranquila; o Presidente do INTERMAT; o Deputado Wilson Santos; o Valdirzinho já me conhece, sabe o meu estilo de cobrança.

Estamos ali com uma área em que nós vamos formar uma cidade, como formei aqui na Agrovila das Palmeiras. Isso aqui é um trabalho meu! Hoje, tem “nego” que banca ser bonito aqui dentro: “Eu sou isso, sou aquilo”; mas, se eu não tivesse colocado esse ombrinho aqui embaixo da cruz e corrido atrás, Plínio, não existiria isso aqui. Por isso, precisamos falar; e vocês precisam conhecer as raízes, as histórias do nosso Município, as histórias dos nossos assentamentos.

Eu fui o primeiro a entrar no INTERMAT para falar de um assentamento, a Agrovila das Palmeiras, à época, fui o primeiro a levantar a bandeira e ir lá. Ainda me falaram

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

assim: “Você não tem medo? Esse é negócio da CUT, negócio de Lula, negócio lá do PT. Você vai morrer por causa disso”. Eu falei: não vou morrer, não; porque eu não vou fazer coisa errada, eu vou fazer coisa certa. E estou hoje falando disso para todos ficarem sabendo onde é que nasceu o problema do assentamento.

Gente, mais uma vez, eu quero pedir aos senhores que olhem os nossos processos de assentamento com bastante atenção. Já estamos com o geo lá no INCRA, já foram para o cartório, já saíram do cartório e já estão no INCRA, só esperando a titulação.

Muito obrigado a todos que aqui estão, eu agradeço a oportunidade aqui também, muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Beto, que de fato foi um dos grandes cobradores desta Audiência Pública. O Beto queria ver as autoridades ligadas à documentação da terra aqui na comunidade. Está aqui, Beto, está realizada a sua briga, a sua luta, daqui para frente depende de todo mundo.

Vamos ouvir alguém da mesa, é o Batmasterson.

Batmasterson, o seu nome é muito conhecido; porque, quando era criança, jovem, adolescente, tinha um seriado na televisão, era um herói do velho oeste, Batmasterson. E você agora, com o nome de herói que você tem, possa nos ajudar a tirar essa documentação, porque é só um herói mesmo; porque nós, de carne e osso, não estamos conseguindo.

Então, fomos buscar lá, no velho oeste da televisão norte-americana, o Batmasterson para ver se ele resolve. Vamos dar uma salva de palmas, gente, para o Batmasterson . (PALMAS)

Ele falará em nome do Dr. João Bosco, em nome do INCRA - Seccional Mato Grosso, muito obrigado pela presença.

O SR. BATMASTERTSON SCHMIDT – Boa tarde!

Em nome do Superintendente, eu cumprimento a todos.

Primeiro, quando vamos falar da emissão dos títulos, temos que falar um pouquinho de história. Conforme a Doutora falou, há um tempo, era muito difícil trabalharmos com a titulação, não porque não queríamos titular, mas porque as normas eram muito burocráticas, muito rígidas.

Em 2013, houve a primeira mudança, que foi por meio da Lei nº 13.001, que criou algumas facilidades. Entretanto, essa norma foi elaborada de uma forma que trouxe, também, alguns problemas. Começamos a trabalhar com isso, então fizemos a titulação de dois assentamentos; mas, infelizmente, as condições para os assentados pagarem esses títulos ainda não estavam adequadas, então paramos com a titulação em 2012.

Em 2017, foi publicada essa nova lei, a Lei nº 13.465, que a Doutora acabou de falar. Essa lei permitiu fazer algumas mudanças e, principalmente, reduziu o valor da transferência dessa terra do INCRA para o assentado, porque o valor estava muito alto. O valor considerava a valorização do imóvel por meio das próprias benfeitorias que os assentados tinham feitos, abertura de estrada, alguns Municípios foram criados em cima dos próprios projetos de assentamento, acabando valorizando a região, e com isso valorizando a terra, e aí o INCRA ia cobrar, em cima do valor do imóvel, o preço do comércio, e isso não é justo.

Então, editou-se essa lei, reduziu o valor que os assentados irão pagar desse título para 10% do valor que era cobrado no Município. Isso facilita muito para fazer a regularização. Uma terra que custaria para o assentado pagar, em 17 anos, 100 mil reais; passa a custar apenas 10 mil em

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

17 parcelas. Então, há condição de os agricultores, após terem o título, também quitarem e terem a escritura definitiva.

Aqui, na região do Município, nós temos 04 assentamentos, 03 estão inteiramente no Município e 01 está parte no Município de Santo Antônio de Leverger e parte no Município de Campo Verde.

O Assentamento Santana do Taquaral está praticamente pronto para iniciarmos a titulação, foi uma parceira feita entre o INCRA e a Prefeitura, a Prefeitura entrou com equipamento, entrou com topógrafo, os assentados pagaram alguns ajudantes para fazer a medição, e nós conseguimos fazer o georreferenciamento desse assentamento, levar o registro em cartório e agora está indo para a titulação. Falta fechar alguns detalhes no INCRA para começarmos a soltar a equipe no campo.

O Assentamento Santo Antônio da Fartura teve uma peculiaridade, quando nós fomos medir a área, georreferenciar, nós identificamos que havia um *déficit* de 1.500 hectares, que não tinham sido criados no assentamento. Nós fomos fazer o levantamento no processo judicial e descobrimos que a famosa Gleba Bigorna é, na verdade, o Assentamento Santo Antônio da Fartura.

Aí, nós fizemos o georreferenciamento da área, solicitamos ao topógrafo fazer a medição correta, ele fez, e agora estamos aguardando os trâmites no cartório para registrar o perímetro do imóvel para começarmos também o processo de titulação de Santo Antônio da Fartura.

Os outros 02 assentamentos, o Pontal do Glória e o Ribeirão do Glória, nós tivemos um problema com o georreferenciamento, porque o topógrafo que fez o georreferenciamento cometeu um erro; e, quando o fazendeiro vizinho foi fazer o geo, identificou-se que havia sobreposição da área. Aí, o INCRA é obrigado a fazer um estudo para ver quem é que está errado e identificou que o geo do INCRA é que estava errado. E aí teve que cancelar esse georreferenciamento dos 02 assentamentos, Ribeirão do Glória e Pontal do Glória.

Hoje cedo, eu estava discutindo com o pessoal da topografia, e nós estamos tentando formar uma equipe para que venha fazer esse levantamento e verificar como é que está essa medição para fazer isso por via direta e concluir esse georreferenciamento. Mas, isso ainda tem que ser acertado dentro da Superintendência.

Então, não é uma coisa que eu possa afirmar que irá acontecer agora de imediato, é uma proposta que foi feita dentro da Superintendência.

Bom, para fazer a titulação do assentamento, nós precisamos cumprir alguns pré-requisitos: o primeiro é o georreferenciamento; o segundo é que a matrícula esteja transcrita para o nome do INCRA.

O que é isso, gente? A primeira coisa, quando o INCRA cria um assentamento, é feita a emissão na posse; como o INCRA ainda não pagou o dono da fazenda, essa fazenda continua ainda em nome do fazendeiro, com o processo judicial, mas não está ainda em nome do INCRA. Só quando o processo judicial finaliza é que esse imóvel é transferido para o nome do INCRA.

Às vezes, o pessoal questiona: “Poxa, estou aqui há 18 anos, 20 anos e o INCRA não tituló.” Um dos motivos é que o processo judicial demora muito tempo e com isso demora também para fazermos a titulação. Mas os assentamentos daqui da região, todos eles já extrapolaram essa fase.

Para fazermos a titulação, após o georreferenciamento que iremos fazer agora no Santana do Taquaral, precisamos, primeiro, verificar se o agricultor explora a parcela, isso é um critério. Aqueles que moram na cidade e tem um lote abandonado não terão o título de domínio,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

porque é obrigação, isso está previsto em lei, que tem que ser explorado. Afinal, foi esse o intuito do INCRA ao dar a terra.

O segundo item... (PARTICIPANTE DA MESA FALA COM O ORADOR - INAUDÍVEL.)

Cumprir a função social.

O segundo item é não ter dano ambiental. Então, não pode ter nenhum desmatamento ilegal.

O terceiro, na verdade, é o primeiro, estar homologada no INCRA. A partir desse momento, identificamos que o agricultor está apto à titulação, fazemos a emissão do título, a coleta das assinaturas desses agricultores, formalizamos um documento no INCRA, chamado Livro Fundiário, encaminhamos para o cartório e entregamos o título já registrado, de forma gratuita.

Um tempo atrás, o título era entregue na mão do agricultor e o agricultor tinha que levar no cartório, e o cartório cobrava em torno de 4 mil reais esse registro. Hoje fazemos esse registro pelo INCRA e está saindo de graça. É mais uma facilidade que adotamos e conseguimos negociar com os cartórios. Após o registro, o título é entregue para o assentado já com registro e abertura de matrícula já feita no cartório, mas sob condição resolutive.

Só será feita a transferência definitiva mesmo, após o pagamento das prestações e completados dez anos da posse desse imóvel.

Outro item que eu gostaria de falar para vocês aqui é a respeito das pessoas que ocupam lotes da reforma agrária e não estão homologados no INCRA, que são as ocupações irregulares.

O Decreto 9.311 de 2008, que regulamenta a Lei 8.629, traz a possibilidade de o agricultor apresentar o pedido de regularização no INCRA. Hoje, não há necessidade mais de aguardar o INCRA vir fazer a vistoria, o agricultor pode ir ao INCRA e solicitar essa regularização. Para isso, ele tem que apresentar alguns documentos. Precisa apresentar comprovante de que não tem empresa no nome dele; apresentar documento do INSS, dizendo que ele não tem renda acima de três salários mínimos, que não é funcionário público e aqueles outros critérios que nós sabemos que são critérios eliminatórios. Há essa possibilidade e aí ficamos à disposição para esclarecer quaisquer outras dúvidas que vocês tiverem a respeito desse tema. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito bom!

Obrigado, Dr. Batmasterson Schmidt, que neste ato representa a Superintendência Estadual do INCRA em Mato Grosso.

Não tem mais ninguém inscrito? Tem que levantar o braço para se inscrever.

Enquanto não tem ninguém da plateia inscrito, vamos ouvir o Dr. Munir Arfox, Defensor Público.

O SR. MUNIR ARFOX - Deputado Wilson Santos, Prefeito Valdir, em nome de quem eu cumprimento toda a mesa; senhoras e senhores, boa tarde!

A Defensoria Pública criou o Núcleo de Regularização Fundiária em 2011 e quem atuava exclusivamente no Núcleo era o Dr. Air Praeiro e eu, Munir Arfox. Infelizmente, o Dr. Air Praeiro nos abandonou e foi pegar a Secretaria de Habitação de Cuiabá e me deixou sozinho. A nossa equipe é um pouco reduzida, sou eu, defensor, três assessores e três estagiários para atuar na regularização fundiária de todo o Estado. Não é fácil. Nós temos vários trabalhos iniciados.

Agora, o grande problema da regularização fundiária é a topografia, nós não temos uma equipe técnica dentro da Defensoria Pública para fazer esse trabalho. Então, é a única despesa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

que os núcleos a serem regularizados têm quando o trabalho é feito pela Defensoria Pública, que são em áreas particulares.

A Defensoria Pública trabalha exclusivamente em áreas particulares, quando é área pública é o INTERMAT, ou o Município, ou a União. Certo? A Defensoria Pública trabalha só em áreas particulares.

Em Santo Antônio de Leverger, temos o Bairro Nossa Senhora Aparecida, e tem uma área rural ali próximo de Santo Antônio de Leverger, é o Novo Aricá, que estamos trabalhando. No Nossa Senhora Aparecida, no dia 1º, fecharemos o nosso trabalho de cadastramento das famílias.

Então, o trabalho da Defensoria Pública cinge-se no seguinte: a Defensoria Pública faz uma reunião com a comunidade, marca uma data para fazer o cadastro socioeconômico e, paralelamente a isso, já pede para que seja feita a topografia, porque sem a topografia não tem como regularizar, e hoje há a necessidade de que essa topografia seja georreferenciada. Como a doutora disse, a Lei nº 13.465 abriu um leque de oportunidades para regularização das áreas que são irregulares, pode ser tanto em área pública como em área particular.

Agora, todas elas dependem da topografia. Paralelamente à topografia, nós fazemos o estudo socioeconômico e o estudo cartorial, porque temos que descobrir a quem pertence aquela área, porque se formos mover uma ação de usucapião, temos que saber a quem pertence aquela área. Por isso a necessidade de sempre contarmos com o apoio do INTERMAT, que sempre estamos incomodando, enviando ofícios e mais ofícios para saber quem é o adquirente primitivo da área, porque por meio do adquirente primitivo, chegamos até o dono atual na busca cartorial. Certo?

Então, quem precisar - se for em área particular - dos trabalhos da Defensoria Pública, é só nos procurar lá em Cuiabá, Edifício Maruanã, na Avenida do CPA, Sala 109, estamos à disposição de vocês. O nosso telefone é 3613-8386, estamos à disposição de todos vocês para o que for possível.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - É muito importante a presença do Dr. Munir aqui. O Dr. Munir é Defensor Público concursado, ele explicou que, agora, o Governo do Estado dentro da Defensoria tem um núcleo que trabalha, especificamente, para apoiar os assentados. Então, vocês ganharam mais um reforço na luta em busca do título. A Defensoria Pública, agora, tem um núcleo que não cobra nada, é gratuito. São servidores públicos para auxiliá-los nesse sonho da escritura.

Registro a presença de vários vereadores: do Vereador Mauro Amorim, muito obrigado pela presença; do Vereador Ugo Padilha, pai do Deputado Estadual Professor Allan Kardec, meu colega.

O Deputado Professor Allan Kardec foi convidado. Eu pedi para ele vir. Talvez, ele teve outro compromisso, mas é um Parlamentar muito atuante na Assembleia Legislativa, que representa os interesses do Município de Santo Antônio de Leverger.

Ainda, registrar as presenças dos Vereadores Miguel dos Santos e Eduardo Salomão, o Dudu, do Município de Santo Antônio de Leverger, e o companheiro Neco, que está aqui, líder na comunidade, suplente de Vereador, que ajudou a organizar esta Audiência Pública.

O próximo inscrito é o Sr. José Benedito de Souza, Presidente da Comunidade Serrana.

Vamos ouvir o representante da Comunidade Serrana, José Benedito de Souza.

O SR. JOSÉ BENEDITO DE SOUZA - Primeiramente, boa tarde!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Em nome do Deputado Wilson Santos, eu quero cumprimentar os componentes da mesa e todos os presentes nesta grande reunião.

Primeiramente, quero que o pessoal da Serrana levante as mãos. Quem estiver aqui levante as mãos. *O.K!* (PALMAS)

Quero agradecer a todos e, também, as pessoas de outras comunidades.

Quero dizer, Deputado, que esta é uma data histórica na Agrovila pela realização desta Audiência Pública sobre regularização fundiária.

A nossa comunidade vem sofrendo há mais de 20 anos com esse problema. Estamos lutando para regularizar a nossa situação, a nossa área, para que todos, amanhã ou depois, tenham uma vida melhor, cada morador, as pessoas idosas. Temos pessoas com deficiência. Não podemos ter os recursos, porque não somos regularizados. A nossa situação lá... Ficamos naquela pendência. Não podemos fazer um PRONAF; não podemos fazer nada em termos públicos.

Inclusive, não temos escola, Deputado, não temos posto de saúde. O Valdirzinho sabe da nossa situação. Ele é Prefeito do Município. Estamos sofrendo.

A Dr^a Fernanda sempre está lá nos auxiliando na Assembleia Legislativa. Agora, vamos para o INTERMAT. O Diretor-Presidente do INTERMAT, também, está aqui presente. Eu estive quarta-feira, se não me engano, no INTERMAT. O nosso processo está lá. Estamos lutando.

Estou muito convicto de que com esta Audiência Pública que está acontecendo aqui diante de todos e pelo interesse que tem a Assembleia Legislativa por meio do Deputado Wilson Santos, com toda sua assessoria jurídica, teremos uma solução definitiva para o nosso caso. Não só para o nosso caso como de outras comunidades.

O.K, pessoal?

Muito obrigado!

Era só isso, Deputado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado, Presidente da Comunidade Serrana que comparece em peso nesta Audiência Pública.

Passarei a palavra à Dr^a Fernanda. Ela não está passando bem com o excesso de calor.

Eu gostaria que a senhora nos explicasse, especialmente para os vereadores e para o prefeito, para entendermos o que a Lei nº 13.465, do ano passado, deu de autonomia aos municípios. O que, agora, o município pode fazer?

Meu amigo Clênio, já tem quase um século que não o vejo. Você, ainda, está jovem, (RISOS)

Muito obrigado por ter vindo.

O que, de fato, a Lei nº 13.465 deu de autonomia? Eu quero que a senhora explique, como a senhora é muito pedagógica, o que o município pode fazer agora. É ele que vai entregar o título? É ele que vai pagar o geo? É ele que vai pagar a topografia? É a Câmara que vai autorizar o título? Sinceramente, eu não entendo. Eu gostaria, humildemente, de entender, agora, o que essa lei federal deu aos municípios, porque se os municípios entrarem é claro que ficará mais rápido e mais fácil.

O município está aqui, Vereador! É muito mais simples!

Então, passo a palavra, agora, à Dr^a Fernanda Amorim, que nos explicará esse avanço, essa notícia alvissareira, essa boa nova que é a Lei nº 13.465, do Governo Federal. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

A SR^a FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM - Se eu estou com calor, eu imagino minhas companheiras que estão aí!

Não é fácil, Deputado!

Sr. Prefeito, essa lei é de primeiro mundo. Ela é inovadora. Ela traz algumas coisas como Batmasterson já falou, que o município pode requerer toda a cadeia dominial de forma gratuita, sem custas, sem emolumentos, inclusive, o registro.

Hoje, Dr. Munir, pode-se usar os *drones* que têm um custo bem mais baixo. Os *drones* são aqueles aviõezinhos que passam em cima. Veem tudo de nós, agora. Temos que tomar cuidado. Não se pode mais fazer besteira por aí, porque os *drones* estão filmando a todos lá por cima. É um *big brother* para todos verem.

Esse instrumento barateou, Sr. Prefeito, deu condições para que o município viabilize a regularização fundiária a custo baixo. Ninguém melhor do que o Prefeito... Eu digo que o prefeito é vizinho do cidadão, porque é o prefeito que sabe a realidade; é o prefeito que vem aqui, sabe do sofrimento de cada um, qual é a situação de cada um. Então, vai passar para vocês com todas as facilidades financeiras, gratuidade de cartório.

Eu sugiro, Sr. Deputado, que algumas situações como a que o Dr. Munir falou da dificuldade do trabalho topográfico... Eu já andei e o pessoal reclamou muito, porque por esse trabalho topográfico já pagaram uma, duas, cem vezes - não é, pessoal? -, mas, até agora, não entregaram para vocês.

Não é isso?

O maior problema de vocês é acreditarem novamente em profissionais que vêm aqui, oferecem facilidade e não resolvem.

É como o Deputado Wilson Santos falou: agora, pode ser feito de forma gratuita. Então, pode ser feito um convênio com a própria Assembleia Legislativa, com a Frente Parlamentar - se assim Vossa Excelência entender - para que nós viabilizemos essa situação, porque se fizer de forma coletiva ficará muito mais barato.

Não é, Batmasterson? Não é verdade?

Hoje, com o INTERMAT auxiliando... O problema maior do INTERMAT - não é, Sr. Presidente? - é a mão de obra que ele diz que está escassa. Eu acho que se viabilizar para o INTERMAT essa situação nós poderemos solucionar.

Sr. Prefeito, a Assessoria e a Procuradoria estão à disposição da sua Procuradoria Municipal. Quem tem uma das legitimidades é a Defensoria Pública, mas eu sei que ela está com dificuldade.

No entanto, não precisam da Defensoria e nem de ninguém agora, Sr. Presidente da Associação. Até o próprio dono do lote pode requerer diretamente para o Prefeito. Façam fila lá, batam na porta do Prefeito e falem que foi a Dr^a Fernanda quem mandou. (PALMAS) Se quiserem, eu vou junto para a fila e vamos resolver essa situação. (PALMAS) Chega de promessa.

Sr. Presidente da Associação, eu estou na Assembleia Legislativa, Sr. Deputado, conforme comando de Vossa Excelência, para realmente decidir, dar uma solução para esse sofrimento, para essa situação caótica. Estou à disposição para começar o trabalho, definitivamente, de forma séria e concisa e que dê, realmente, resultado. Mas não é um resultado para hoje ou para amanhã, é um resultado efetivo.

Obrigada (PALMAS).

O SR. VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO (VALDIRZINHO) – Quando falo de regularização fundiária, eu me encho de dedos, porque já fui frustrado várias vezes. Quando

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

falo regularização fundiária, já não costumo falar nem data e como vai ser feita, porque sei que o processo é complexo. Então, eu tenho dedos.

Quando você chega numa comunidade, Deputado, e fala assim: “Souza, eu irei entregar o título para o senhor e para sua comunidade daqui a 30 dias”. Eles sonham com esse momento! Eles não dormem à noite! Eles ficam pensando, Presidente Hugo Padilha, Vereadores Mauro e Miguel, do Assentamento Nossa Senhora Aparecida, que está sendo regularizado agora, e Vereador Dudu.

Eu me encho de dedos, Dr^a Fernanda, porque já fui a várias reuniões, fui provocado no sentido de falar que resolveríamos isso rápido e acabei sendo levado ao erro. Então, eu me resguardo a esse temor.

Está aqui o Presidente Hugo Padilha, com quem já fui a várias reuniões e o processo não andou. Já ouvi várias pessoas falarem também que “é facinho, é só chegar lá, protocola um negocinho lá, xô mano, que você já vai sair com seu documento”. Não é bem assim. Entenderam?

Eu garanto a todos: se precisar somente da assinatura do Prefeito Municipal, vocês estão com todos os títulos amanhã na mão, pronto. Se precisar apenas da assinatura do Prefeito Municipal, é de vocês. Mas, sou cheio de dedos.

Quero pedir à Dr^a Fernanda ir na Prefeitura, eu vou com uma comissão da prefeitura na Assembleia Legislativa, na segunda-feira, às 07h, porque pantaneiro acorda cedo, mimosiano, agrovilense e taquarense acordam cedo, para debater, porque essa lei, como já foi dito, nunca foi usada ainda, vamos estreir em Santo Antônio. Se é tão fácil assim, vamos estreá-la aqui em Santo Antônio de Leverger. Eu tenho certeza que se depender da assinatura do Prefeito o título é de vocês.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Quero pedir mais uma vez à Dr^a Fernanda que explique detalhadamente como é que o município entra nisso, porque já fui Prefeito, também, e quebrei a cara. Em alguns bairros de Cuiabá que eu anunciei a entrega de título, papapapá, depois a Prefeitura não tinha escritura, o proprietário não tinha sido indenizado, não aceitava ir ao cartório para passar à Prefeitura, eu já tinha o geo pronto, topografia pronta, planta baixa, memorial descritivo, planilha, tinha tudo pronto para entregar, só que o dono da área não havia recebido a indenização, então ele não passava a escritura.

Quero saber o seguinte: a partir de agora, como é que a Prefeitura entra nessa história? É ela que vai dar o título de uma área do INCRA, que é federal?

Nós temos quatro assentamentos federais aqui: Taquaral, Fartura, Pontal e Ribeirão do Glória. Pontal, Ribeirão, Taquaral e Fartura. Os quatro são federais. Está aqui o representante do INCRA. Como é que a Prefeitura, como é que a Câmara vai poder dar um título que é uma área já comprada pelo Governo Federal? É isso que eu quero entender.

Segunda pergunta: como é que o município vai dar esse título de uma área que pertence ao INTERMAT? É uma área do Estado. O Estado que comprou do fazendeiro, desapropriou, indenizou. Como é que o município vai escriturar isso? O município pode fazer o geo? Se pode, a pergunta é: tem dinheiro para fazer o geo? O Deputado Professor Allan Kardec, Deputado Wilson Santos e outros podem colocar emendas para ajudar o município a fazer o geo? Feito o geo, a matrícula já estará em nome do INCRA ou ela vem para o nome do município? A matrícula vai ser inscrita em nome do INCRA, do INTERMAT ou do município? Ela pode ser inscrita em nome do INCRA e o município dar o título?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Terceira: e no lote que não cumpre a função social, eu moro em Cuiabá, joguei o meu anzol, faturei um lote, uma vez por ano, duas vezes dou uma saidinha lá, pergunto para o meu compadre como é que está indo de vez em quando... Certo? Eu não posso ficar lá na área, tenho que estar em Cuiabá, em Várzea Grande, mas estou segurando aqui o lote. Esse lote que não cumpre a função social, que alguém está segurando para alguém, esse lote também será escriturado?

E o dano ambiental, o que é isso? O pequeno também tem que ter uma certidão da SEMA de que na sua área não há dano ambiental?

E os dez anos de posse, quem irá dizer que eu tenho 10 anos de posse ou não? É o município? É a Câmara Municipal? É a Assembleia Legislativa? É o INTERMAT ou é o INCRA?

Então, eu gostaria que a Dr^a Fernanda pudesse nos explicar, porque ela é uma doutora nesse assunto, nos detalhar como tudo isso vai ficar a partir de agora com a Lei nº 13.465.

A SR^a FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM – Sr. Deputado, senhores presentes, Sr. Prefeito, eu vou passar a palavra para o Batmasteron, porque o INCRA já está fazendo Reurb de área da União, ele vai explicar como está acontecendo, aí eu volto aos demais itens.

O SR. BATMASTERON SCHMIDT – Referente ao assentamento, praticamente, todas as perguntas são para mim.

Primeiro: como é que ocorre a participação da prefeitura nos assentamentos federais? Por meio de uma parceria para realização de georreferenciamento como já aconteceu no Santana do Taquaral, em vários outros municípios isso tem ocorrido também. Então, a prefeitura entra com algum recurso, ou com um técnico ou com equipamentos, estamos com um trabalho com a Prefeitura de Juína, ela está locando um GPS para os técnicos do INCRA poderem ir lá, primeiro, uma parceria para regularizar.

Uma coisa que tem que ficar bem clara, é que o INCRA não pode fazer titulação se a terra não estiver no nome do INCRA. É como Deputado falou, quando foi prefeito não pode entregar porque não tinha documento em nome da prefeitura, não se pode titular o que não é seu, é o primeiro ponto.

A outra forma da prefeitura participar é por meio da doação da área da União para a prefeitura. Isso ocorre quando? Quando existe uma agrovila, uma área comunitária que tem casa, que tem rua e que tem energia elétrica. Então, é uma vila. O INCRA não pode fazer titulação dessa vila. O que é que o INCRA faz? Faz uma doação para a prefeitura, transfere essa área que está consolidada para o município, então essa matrícula é transferida para o município e aí o município regulariza conforme as normas do município. É isso. O INCRA transfere a propriedade.

Hoje só estamos trabalhando com a transferência de áreas onde a vila já está consolidada. Por exemplo, se essa área fosse do INCRA, o INCRA poderia fazer a doação ao município e o município faria a titulação. Se não me engano, aqui a área é do INTERMAT, depois o Presidente do INTERMAT pode esclarecer isso.

Então, nesse caso é dessa forma que ocorre. Os títulos das áreas rurais é o INCRA que vai fazer, até porque a legislação hoje está muito propícia para o INCRA fazer a titulação.

A respeito das pessoas que não ocupam os lotes, quando o INCRA faz a vistoria para a titulação, o INCRA vai passar, identificar isso, vai fazer uma notificação e se a pessoa não restabelecer a produção do lote, esse lote pode ser retomado e destinado a uma nova família.

Dano ambiental. Temos que esclarecer que o novo Código Florestal estabeleceu um marco, que é 2008. Quem desmatou antes de 2008 na pequena propriedade não é necessário mais recompor essa nova mata, mas quem desmatou depois de 2008, vai ter que recompor. Se não

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

recompor agora vai ter que recompôr na hora em que for fazer o Cadastro Ambiental. Nós verificamos isso, se houve esse dano ambiental, em havendo esse dano ambiental nós procedemos a notificação para que a pessoa faça um Termo de Ajustamento de Conduta junto à Secretaria de Meio Ambiente para a regularização desse passivo.

Com relação aos dez anos, nós fazemos a contagem a partir da data que o INCRA procedeu a homologação dessa família. Por exemplo, o Sr. Beto entrou aqui em 1998, então, em 2008 ele já havia completado os dez anos. Essa cláusula do título já está vencida para ele...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS – FALA FORA DO MICROFONE) –
A partir de quando?

O SR. BATMASTERSON SCHMIDT – A partir da homologação. A partir do momento em que o INCRA faz o reconhecimento daquela família naquele lote.

Agora, se o INCRA vier hoje e regularizar uma família, esses dez anos passam a contar desse momento.

Então, é sempre do momento da regularização dessa família junto ao INCRA.

“Ah, mas eu estou ocupando a parcela há cinco anos!” Bom, o INCRA não te regularizou há cinco anos. Está regularizando agora? Passa a contar a partir deste momento. Isso está previsto em lei e não tem como fazermos diferente.

A respeito dos itens que foram questionados é esse.

Eu passo a palavra para a Doutora Fernanda.

A SR^a FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM – A Lei do Reurb, Sr. Deputados, senhores presentes, Sr. Prefeito, prevê um procedimento administrativo.

Quando o cidadão requer a regularização do seu lote, área urbana ou rural, são áreas consolidadas, Sr. Deputado, e aí se inicia um procedimento que antes era feito por longos anos no Poder Judiciário e agora vai ser feito administrativamente pelo município. O próprio município vai se encarregar de descobrir quem é o titular do domínio requerendo essas certidões junto ao cartório, art. 31, de forma gratuita. Se for imóvel público ou privado, o próprio município por AR, por Edital para terceiros interessados por 30 dias, irá notificar os titulares do domínio.

Então, não há de se falar em pagamento para o dono da terra, porque ele já está ali, já faz jus a usucapião. Se você entra com a usucapião, você paga? Não paga.

O que é regularização fundiária? É a forma primitiva de adquirir a propriedade, Sr. Deputado, são situações já consolidadas, tanto que aplica-se aqueles que já estão consolidados até dezembro de 2016. O procedimento que antes acontecia no Judiciário e demorava 5, 10 anos, agora será feito pelo município.

Depois de feito todo esse procedimento, que é mais longo, mas que a lei detalha a publicação de Edital, havendo impugnação, haverá uma mediação, Sr. Deputado, a lei prevê uma forma de mediação, e o próprio fará projeto de urbanização desse assentamento, seja urbano, seja rural, um projeto dessa regularização.

Aí eu acho, sim, que cabe a emenda parlamentar para auxiliar o município.

O município irá apresentar projetos como hoje é feito com o INCRA.

A União remete o dinheiro para o INCRA para aqueles projetos, não é isso Batmasterson? Só que ao invés de ser do INCRA, passou para o município.

Eu acho que deu uma autonomia para o Chefe do Poder Público Municipal.

Então, o processo é o mesmo. Eles tiraram do procedimento judicial, Sr. Deputado, e passaram para o administrativo. Ali tem os prazos, tem tudo.

Alguma dúvida?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado.

Passo a palavra para o Prefeito, porque tem dúvida (RISOS).

O SR. VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO (VALDIRZINHO) – Doutora, pelo que eu entendi, um cidadão vai a prefeitura, entra com um requerimento, a prefeitura identifica de quem é essa área, manda uma AR para essa pessoa, comunica a ela que essa área será de reforma agrária...

A SRª FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM – Titular e confinantes.

O SR. VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO (VALDIRZINHO) – Isso. Então, vai lá...

Vamos dar um exemplo, vamos falar da Serrana.

Vamos lá, Souza, porque aqui a maioria das pessoas é da Serrana, tem o meu amigo Nenê que está ali.

O Nenê vem com todo o pessoal da Serrana e requer para o prefeito a área. O prefeito vai ao cartório, pega uma Certidão de Inteiro Teor, de quem é a área, que é essa certidão que se tira, manda uma AR para o dono da área falando que ela será reassentada, faz um projeto de urbanização e concedo os títulos para eles.

A SRª FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM – Eu queria dizer que não é só o cidadão que pode começar esse procedimento, o Município, a Associação, a Defensoria Pública e os demais Poderes da União...

O SR. VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO (VALDIRZINHO) - Todos aqueles aspectos que foram levantados pelo INCRA, 10 anos na área, dano ambiental, uso da área... Todos esses itens eu posso pular e já dar o título?

A SRª FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM – Isso!

Mas não é do dia para a noite, como eu estou falando aqui. A Lei traça, Sr. Prefeito, está aqui na Lei, por isso que eu falei para o senhor mandar a sua Procuradoria Municipal...

O SR. VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO (VALDIRZINHO) - Outra pergunta: quantos municípios já usaram essa Lei e conseguiram êxito?

A SRª FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM – Que eu sei que está implantando é no Rio Grande do Sul, o primeiro Estado que está começando a implantar.

O SR. VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO (VALDIRZINHO) - Que teve êxito, Doutora. Qual município que deu certo?

A SRª FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM – Não tenho conhecimento, até porque, Sr. Prefeito, é de julho de 2017.

O que eu estou querendo dizer é que o senhor não vai fazer milagre, não, nem é do dia para a noite. O que eu estou querendo dizer que tirou da mão lá do ente público, da União e do Estado e trouxe para o Município.

Não sou eu quem está dizendo, a Lei que trouxe. Está aqui! E ela será implementada no Brasil. Não tem como fugir dessa realidade.

Eu tenho certeza que os municípios, que os prefeitos irão se unir para achar a melhor solução de se adequar a essa realidade.

O SR. VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO (VALDIRZINHO) - Gente, como Prefeito, eu tenho que defender a instituição e a Audiência Pública é para isso, para colocarmos as coisas às claras para que a população não saia daqui com mau juízo ou com um entendimento errado, Deputado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Como instituição, representando a Prefeitura Municipal, tenho que passar para vocês o que realmente eu entendi.

Eu acho a lei excepcional. Se ela for tão fácil assim, nós vamos conseguir avançar muito. Que pena que nenhum município conseguiu, e aqui fica os meus asteriscos, que nenhum município conseguiu ainda. Então, existe alguma coisa que está emperrando, mas eu vou procurar a minha Procuradoria Jurídica para tomar conhecimento dessa lei e daí eu comunicarei a Câmara Municipal que aqui estão presentes cinco ou seis vereadores para andar junto comigo, para estarmos juntos.

O que precisar, a Prefeitura Municipal está correndo atrás, eu vou atrás da senhora na Assembleia Legislativa para tentarmos.

Como eu já disse, e repito, eu fico cheio de dedos porque nem tudo que brilha é outro e nem tudo que balança cai. Nós temos que olhar, analisar e ver realmente se a Lei dá esse poder para o Prefeito, porque se o Prefeito tivesse poder, com a autorização da Câmara, que eu tenho certeza de que o título será dado para vocês (OVAÇÃO).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito bem!

Quero também registrar que está conosco a Ana Beatriz Castilho, é Coordenadora de Defesa Animal do INDEA Mato Grosso. Agradecemos a presença dos servidores da Prefeitura de Santo Antônio de Leverger; de todos os servidores presentes, o nosso muito obrigado; e o Cleber Souza Oliveira, Vice-Presidente da Gleba Resistência.

Passamos ao próximo inscrito, Manoel Vilmar da Cruz. Vocês conhecem esse homem? É o Neco (RISOS). Neco, é liderança comunitária, também batalhou lá para que acontecesse esta Audiência Pública. Com a palavra, Neco, suplente de Vereador de Leverger.

O SR. MANOEL VILMAR DA CRUZ – Primeiramente, quero agradecer a Deus por dar este momento para nós; em nome do Deputado Wilson Santos, quero agradecer a todo dispositivo da mesa; em nome do Dudu Moreira, agradecer todos os Vereadores e os Secretários, quero dizer para vocês que caminhamos bastante para que isso acontecesse.

Quero entregar em suas mãos para levar para o gabinete, Deputado, que todo lugar que andamos, foi recebido o trabalho que fizemos, até motor de carro perdemos por aí nessa andança, mas valeu a pena. Valeu a pena porque...

A Dona Betinha, passei lá e tomei um café, mandou um abraço para o senhor e para todo mundo.

Agradeço ao Zé Mariano que cedeu este espaço para nós; em nome do pastor ali, quero agradecer a todos os pastores que oficializamos para estarem presentes aqui, o Pastor Valdecir, lá do Vale Abençoado...

Parabenizo o pessoal lá de Rosário Oeste que está bem distante de nós. Quem é de Rosário Oeste levanta o braço para nós. Estão mais aqui atrás, Deputado, são sete componentes, Edleuza, para o pessoal ver o quanto é importante isso. Às vezes, têm pessoas bem próximas de nós que deixaram de vir para escutar um debate tão importante como a fala da Dr^a Fernanda, que conheci lá na Assembleia Legislativa, é técnica e fala muito bem; o Batmasterson, que nos atende sempre lá, que está aqui representando Bosco.

Eu quero dizer, Deputado, que o PA Santo Antônio do Taquaral, onde residimos, e eu não tenho nenhum lote lá, eu não tenho, mas a minha família tem, estão todos presentes, tem uma parceria com a Prefeitura. O Prefeito entrou com os componentes de trabalho, mas lá os assentados pagaram o geo do próprio bolso e ainda tem alguma coisa que está sendo corrigida com engenheiro, também terá um custo e nós já acertamos com ele para deduzir isso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Lamento a ausência do Presidente do Pontal do Glória, ele está doente, está internado; o do Ribeirão do Glória está na mesma situação também, fez uma cirurgia e também está em repouso.

Convoquei o Vice-Presidente e me parece que ele não veio, não o vi até agora.

Quero dizer ao pessoal do Pontal do Glória e de todos os assentamentos, que o que depender de mim, vocês podem trazer para mim os Ofícios que eu levarei ao INCRA, ao INTERMAT, onde for, estamos nesse caminho. Eu quero deixar uma pergunta ao Batmasterson.

Batmasterson, estivemos lá no INCRA dias atrás, na Secretaria de Meio Ambiente, você sabe que tem que fazer o CAR para ter acesso e que vem uma regularização em seguida que vai ser unificada. Esse CAR que se faz hoje, quando chegar essa demanda, não valerá mais, vai ser o que vier de lá, feito pelo INCRA? Eu quero que você responda isso.

Em nome do Zé Mariano, eu quero deixar uma pergunta e aí cabe a quem vai responder. Se o INTERMAT, alguém que entende da situação, é sobre a situação aqui de Agrovila das Palmeiras, com relação aos lotes, que têm o título, mas não foi registrado em cartório, não foi tutelado... São essas situações. Tem muitos, eu acho que 90%. Isso é muito importante. Parece-me, alguém que entender responda, que o cidadão que tem casa que vale 200 mil reais e, às vezes, passa uma pendência por causa de 20 mil, se ele tiver com a escritura dele certinha, vai lá no banco e qualquer banco vai financiar esses 20 mil para ele, não tem problema nenhum. Parece-me que vai ter esse caminho, não é?

Quero ainda parabenizar a todos vocês que vieram, atenderam o nosso chamamento. Nós fomos para todos os cantos, tenho a prova com recibo ali, nós fomos de Mimoso a Santo Antônio da Fartura. No Município de Santo Antônio, entregamos em mãos de todo o Secretariado, Vereadores e Prefeito. Eu que fui lá fazer esse trabalho, nós não estamos reclamando disso aqui. Parabéns àqueles que vieram, têm jovens presentes; parabéns ao pessoal do Taquaral que está presente.

Em nome do Tenente, quero agradecer a toda a equipe que veio de Cuiabá. Deu trabalho para nós, foi sofrido. Mas, às vezes, sofremos calados, por quê? Porque tenho no meu CPF um “H” maiúsculo e não mudamos de linha.

Obrigado a vocês! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu vou passar para o Presidente do INTERMAT, porque essa área urbana da Agrovila pertence ao INTERMAT, não ao INCRA.

Vocês estão vendo que aqui é uma Audiência Pública, nós só estamos falando aqui das coisas técnicas, aqui ninguém vai falar de voto, ninguém vai pedir voto aqui para ninguém. Nós não vamos permitir que ninguém aqui peça voto. Os que não vieram aqui, receosos fr que seria uma reunião eleitoreira, perderam a Audiência. Aqui é uma Audiência séria, uma Audiência Pública. Trouxemos autoridades que têm o poder de dizer o que será feito, aqui não é do INCRA. Se eu não estiver errado, foi o ex-Governador Júlio Campos, que sucedeu o Dr. Frederico Campos, que fez este assentamento e acabou virando uma área urbana.

Como disse a Dr^a Fernanda e o Batmasterson, quando vira uma vila, quando se consolida uma vila, aí o INCRA sai, porque o INCRA não titula área urbanizada. Não é isso? Virou uma área urbanizada, virou uma vila, o INCRA faz o quê? Ele pega a área dele e doa para o município, escritura o município para ser o dono.

Agora eu quero ver o que o INTERMAT irá falar, porque a área aqui é do INTERMAT. Ele fará a mesma coisa que o INCRA faz? Passará para o município ou irão trabalhar em parceria? Vamos ouvir o Presidente do INTERMAT.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

O SR. DEMILSON NOGUEIRA MOREIRA – Bom, foi bem colocado pelo Deputado Wilson Santos, estamos em uma reunião de trabalho em que estamos buscando solução para os casos que aqui apresentarem. No caso da Agrovila, o REURB permite que áreas assentadas com características urbanas sejam regularizadas. Vamos convidar o Prefeito para uma cooperação técnica, na qual vamos regularizar aqui...(OVAÇÃO). A nossa fala é bem sucinta, é bem rápida e bem direta, bem direta.

Prefeito, o INTERMAT está pronto para uma parceria e viemos aqui entregar esses títulos, é possível (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu já quero, como eu sou um cupido, um anjo do amor, já quero deixar marcado que dia senhor recebe o prefeito lá para começar a conversa?

O SR. DEMILSON NOGUEIRA MOREIRA – Terça-feira, porque na segunda eu vou para Nova Mutum.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Terça-feira que horas?

O SR. DEMILSON NOGUEIRA MOREIRA – À tarde.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O senhor pode ir lá, Prefeito, às 15h?

O SR. DEMILSON NOGUEIRA MOREIRA – Em torno das 15h às 16h.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – 16h. Então, terça-feira, às 16h, o Prefeito estará lá no INTERMAT para iniciar as parcerias (PALMAS).

O SR. DEMILSON NOGUEIRA MOREIRA – Deputado Wilson Santos, eu digo aqui o seguinte: essa possibilidade existe porque afirmamos há duas semanas, lá em Nova Floresta, que é um loteamento de Porto Alegre do Norte, é um povoado mais ou menos de 100 famílias, celebramos com Prefeito de lá uma cooperação técnica, queremos voltar nesses próximos 60 dias já para fazer a titulação.

É um processo que podemos até acelerar um pouco em razão do que foi colocada pela doutora, a questão do aviãozinho que anda e faz a coisa andar mais rápido. Então, essa lei do REURB veio para facilitar essas situações. O INTERMAT topa, está à disposição do Prefeito para regularizarmos a Agrovila (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito bom!

Quero registrar a presença da minha amiga de longa data, guerreira, lutadora, Edileuza Souza Santos, Dirigente Nacional do Movimento Social Agrário, ela tem uma liderança sobre um assentamento urbano lá no Município de Rosário Oeste.

Com a palavra, o Vereador por Santo Antônio de Leverger, Dudu.

Antes, eu registro a presença do Francisco Assis, Chico, Subprefeito da Agrovila das Palmeiras. Obrigado!

Com a palavra, o Vereador Dudu.

O SR. EDUARDO SALOMÃO MOREIRA SILVA (DUDU MOREIRA) – Primeiramente, agradeço a Deus por esta oportunidade de estar aqui.

Cumprimento o Deputado Wilson Santos e o parabenizo pela Audiência Pública; o Prefeito está de parabéns também; meu amigo Demilson, Presidente do INTERMAT; a todos e todas; minha amiga Dona Betinha; meu amigo Denézio; companheiro Neco, todos os colegas Vereadores que estão aqui; Vereador Miguel; Vereador Mauro; Vereador Ugo Padilha; todos os colaboradores da Assembleia Legislativa e também da Prefeitura que se fazem presentes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Eu pedi para fazer uso da palavra, porque eu fiquei muito preocupado, por quê? Nós, que somos políticos, temos sofrido demais com essa situação de pessoas, de uma forma, botarem a facilidade para as pessoas e depois não ser tão fácil. Eu estou sofrendo isso em Santo Antônio de Leverger, porque se ouviu muito sobre isso, Vereador Miguel, onde levaram nós, Vereadores, participamos, e não era bem assim...

Então, Dr. Munir, isso me traz uma preocupação, parece que estão dizendo que é só ir à Prefeitura, o Prefeito assina e já está com título. Daí vem o INCRA e fala que “não a Prefeitura não pode conceder um título que não é dela, só se o INCRA fizer o termo de doação” ou o INTERMAT fazer o termo de doação para a Prefeitura.

Como que o Prefeito pode fazer uma assinatura? Então, assim, ficou meio confuso! Por exemplo: o amigo Souza, a luta que ele tem tanto do Vale do Abençoado como da Serrana, está praticamente... Já sabem quem é vizinho, quem não é, já sabem tudo! Mas ali eu acho que é mais questão do Governo pagar a área, eu não sei, eu quero até entender.

Deputado, isso me deixou preocupado, porque a cobrança virá quando sairmos daqui. “Está fácil, é só o Prefeito assinar, mas vocês não querem.” Não, eu quero, eu sou Líder do Prefeito na Câmara, represento aqui 09 Vereadores, e estão aqui os Vereadores que me deram essa autorização para eu falar aqui; se depender da Câmara Municipal também, damos todo apoio, Prefeito, para o senhor conceder esses títulos; se depender realmente da Prefeitura e da Câmara Municipal, o senhor já tem 09 votos e pode contar com isso.

Então, Deputado, nos deixa preocupado, porque depois a cobrança virá em cima de nós.

Eu queria, Dr. Munir, pedir ao senhor, que está nessa luta, eu conheço o senhor e o Dr. Air dessa luta aqui por Santo Antônio de Leverger, temos muito que agradecer o trabalho que a Defensoria tem feito em prol de Santo Antônio de Leverger...

Parece que todo esse trabalho não deu em nada e agora criou uma lei é só chegar o Prefeito... É isso mesmo? Eu tenho essa preocupação, porque nós seremos cobrados, mas não fugimos da raia, o que depender deste Vereador aqui vocês podem contar, estamos falando em nome de 09 Vereadores, que compõem a base do Prefeito.

É só isso e um grande abraço para todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Ok. Muito obrigado, Vereador Dudu, que está desde o início da Audiência Pública.

Inscrito agora a Sr^a Raquel, lá de Rosário, porque esta Audiência Pública é para todos os assentamentos do Vale do Rio Cuiabá, da Baixada Cuiabana. A Raquel não sei se irá falar no lugar da Edileuza... Está aqui a Raquel, muito obrigado pela presença, atravessou meio mundo para estar aqui. Muito obrigado, Raquel, uma salva de palmas para Raquel. (PALMAS) Ela veio de Rosário Oeste, muito obrigado.

Esse pessoal, toda vez que vem, traz essas coisas para comermos. Eu gosto demais! Da outra vez, eu ganhei um pote de jurubeba, quem tem gastrite, nessa vida que vivemos, não tem um que não tem gastrite, então podem trazer o máximo que vocês puderem, podem trazer, porque estou levando tudo para casa, esses todos vão lá para minha casa. (RISOS) Daqui a pouquinho, eu começarei a vender também.

Com a palavra, a Raquel.

A SR^a RAQUEL CAMPOS DE LIMA – Boa tarde a todos!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Eu gostaria, em primeira mão, agradecer o convite dos senhores; primeiro, ao Deputado por esta Audiência Pública; a Dr^a Fernanda; ao INTERMAT; ao INCRA; a Presidência da Associação; e os demais.

Bom, companheiros, serei um pouco breve, o nosso papel aqui, hoje, é o mesmo de vocês, é a busca do entendimento de uma lei que há pouco chegou, que é a 13.465, e a regularização das nossas áreas.

Quando buscamos dentro dessa lei, muito se fala dos nossos direitos, mas, às vezes, é até um pouco incompreensível, e passamos muito para o item da vulnerabilidade social. Essa vulnerabilidade, se não começarmos a colocar os nossos produtos para frente, a nos organizar e fazer a nossa venda, não vamos sair dele.

E uma coisa muito difícil que eu digo é: até quando, Deputado, as políticas públicas vão fechar os olhos para as dificuldades do povo do campo? Até quanto nós vamos passar por toda essa dificuldade e às vezes somos procurados em poucas épocas? É isso que nós temos que aprender a lutar.

Hoje nós estamos atuando... Eu vou pedir perdão por fazer uma apresentação... É que começaram a falar em conserva e até esquecemos.

O meu nome é Raquel Lima, faço parte da ANU, Ação Nacional Unificada, dentro dessa Ação, eu venho para ajudar a organizar as comunidades, sejam elas assentamentos ou acampamentos ainda em luta pelo seu pedaço de chão. Dentro dessa organização, já estamos atuando em 10 Estados, onde já temos mais de 50 associações e 18 bandeiras presentes em nossa Ação Nacional Unificada. Dentro dessa Ação, fazemos esse tipo de trabalho exatamente para que possamos brigar por nossas políticas públicas.

Enquanto mulher, não posso deixar de brigar pela luta feminina, costume dizer, não desmerecendo a luta masculina, mas a mulher é quem realmente segura a luta do campo. O homem, quando ele está em sua batalha, é a esposa que fica em sua casa em prol da sua família, edificando a sua casa e lutando, e, muitas vezes, vem a farinha, vem a conserva, e aí é o que eu digo: a mulher é muito mais guerreira.

Então, eu tenho que lutar por vocês, em prol de vocês, porque nós somos, sim, a base desta nação, não desmerecendo os homens, claro, senhores da mesa... (PALMAS)

Companheiros, eu gostaria de ter a oportunidade de, depois, vir a esta comunidade para apresentar um trabalho de extrativismo para mulheres. Isso aqui é uma conserva de bambu, é o broto do bambu.

Nós temos uma cooperativa chamada Catitu, mas não necessariamente atuamos somente com a nossa cooperativa, mas com a cooperativa de vocês, em que trabalhamos com extrativismo. Isto aqui é uma conserva feita daquilo que vocês têm no fundo do quintal de vocês, é um mercado extremamente crescente e que vem cada dia mais buscando produtores, que são os produtores orgânicos.

Se conseguíssemos organizar, eu tenho certeza que se eu chegar até o Deputado com um bom projeto e dizer: Deputado, precisamos hoje de uma cozinha para que possamos fazer esse tipo de trabalho de uma forma industrializada... E nós, pequenos produtores, passamos a ter uma palavra que, às vezes, nos dá medo, mas temos que passar a fazer parte disso, que chama-se agronegócio.

O agronegócio não é mais somente para os grandes produtores, uma vez que nós nos organizamos, mesmo que pequenos, somos uma forma de agronegócio. Temos que parar com esse medo e deixar que o grande produtor nos diminua. Nós não comemos agronegócio, comemos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

agricultura familiar e o que precisamos aqui... (PALMAS)... o que precisamos, Deputado, é do envolvimento dos senhores, é do envolvimento desta mesa, é de dar celeridade aos processos do INCRA.

Eu acredito, não sei como isso poderia acontecer, mas sinto muita falta - para darmos celeridade nisso - de uma parceria com o INTERMAT. Quantas vezes, dentro dos nossos processos, caímos no assunto do INTERMAT? Eu acho que o INTERMAT não tem que ser o vilão dessa história, na verdade, o vilão é o Governo que ainda não soube unificar todas as informações. Então, é por isso que precisamos brigar e precisamos trazer isso para nós.

Já que fala do INTERMAT... É assim, há um amigo que toda vez que nos encontramos acabamos brigando, mas hoje não irei brigar, não.

Eu trouxe aqui, também como forma de extrativismo do nosso cerrado, a gueroba do cerrado, que alguns aqui conhecem como catulé. É bem amarga, levarei uma para o senhor, Deputado.

É isso, companheiros, eu agradeço muito. Quero trazer para vocês as experiências que temos, como a mandioca chips e outros produtos, e mais do que trazer, eu quero vir aqui aprender com vocês.

Muito obrigada. (PALMAS)

(PARTICIPANTE PERGUNTA SE É PARA VENDER.)

A SRª RAQUEL CAMPOS DE LIMA - Sim. Trouxemos algumas conservas para a mesa, mas aqueles que quiserem... Já até aproveito, acabei de chegar, mas já reconheci algumas companheiras da região, e elas me falaram que tem alguns produtos, mas estavam um pouquinho acanhadas.

Se vocês me permitem, eu gostaria de montar uma mesa ao fundo. E para não atrapalharmos uma discussão séria que está acontecendo, que possamos, quando terminar, passar essas experiências para vocês e vender também alguns produtos dos companheiros. Ok? (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Raquel, parabéns! Raquel, por exemplo, este vidrão aqui de cebola está quantos?

A SRª RAQUEL CAMPOS DE LIMA (FORA DO MICROFONE) - Cinquenta reais.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Cinquenta reais. E este?

A SRª RAQUEL CAMPOS DE LIMA (FORA DO MICROFONE) - A mesma coisa, qualquer vidro grande.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - E este aqui?

A SRª RAQUEL CAMPOS DE LIMA (FORA DO MICROFONE) - O pequeno sai a 15 reais.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Quinze reais. E este aqui que já esconderam embaixo da mesa? (RISOS)

A SRª RAQUEL CAMPOS DE LIMA - Esse é de graça.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Não, eu quero pagar. E este aqui?

A SRª RAQUEL CAMPOS DE LIMA - Esse ainda é uma experiência...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Experiência. Ok! Maravilha, muito bom!

Ouviremos agora a Joelza, da Gleba Resistência, e depois o nosso Defensor Público, Dr. Munir Arfox.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Por favor, Dona Joelza, esposa do Neto. A Dona Joelza veio de longe para participar desta Audiência Pública da Assembleia Legislativa.

A SR^a JOELZA MARANS DOS SANTOS - Boa tarde!

Eu quero cumprimentar a mesa em nome do nosso Prefeito, o Valdirzinho, e a plateia em nome do nosso Vereador Dudu.

Eu estava preocupada desde o começo, quando a Dr^a Fernanda falou sobre a questão de a comunidade estar *sub judice*, é uma questão nossa, Prefeito. Eu quero agradecer a participação do nosso Prefeito que tem colaborado conosco, colocando à disposição, tem nos ajudado nesse processo.

Então, gente, eu fiquei assim... Porque ela falou assim: quanto à questão da terra estar *sub judice*, agora não tem mais perigo, pode dar o título. Não é isso? Eu fiquei animada. Eu guardei bem isso comigo, Doutora, para eu cobrar, porque o nosso Prefeito sabe que cobramos bastante.

Aqui está o nosso Presidente do INTERMAT, ele já nos conhece, não saímos de lá, tipo assim: quando estava lá o Dr. Cândido Teles, estávamos sempre lá e agora com o Dr. Demilson Nogueira, fomos com o nosso Vereador e ele nos recebeu muito bem. E nós somos assim, somos daqueles que cobram, podemos até não conseguir, mas estamos sempre cobrando.

Eu gostei muito de ouvir a fala da Dr^a Fernanda, Presidente... Eu sou Joelza, da Gleba Resistência...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS FALA FORA DO MICROFONE.) - A senhora quer saber o quê?

A SR^a JOELZA MARANS DOS SANTOS - Eu quero saber... Ela falou que a questão da terra estar *sub judice* não implica mais o Estado ou o INTERMAT dar o título para nós.

Não foi isso que a senhora falou, Dr^a Fernanda? Eu guardei bem comigo.

Eu estava preocupada com uma questão, mas aí eu pedi a fala até para fazer essa pergunta, porque eu fiquei preocupada, eu até falei para a Rosinha, nisso o Vereador Dudu levantou e falou o que eu queria, o que eu estava com dúvida.

A questão da nossa terra, Deputado, é que ela foi arrecadada no tempo de Dante de Oliveira e ele fez o assentamento. Fez o assentamento, mas na verdade, ficou a coisa rolando para frente, já faz mais de vinte anos que estamos esperando. É uma luta constante, sai Presidente, entra outro Presidente, e nós estamos sempre atrás dessa batalha.

Então, nós não paramos, tipo assim: vamos lá, vamos lá, estamos sempre correndo atrás.

Só que a nossa área, o nosso Prefeito sabe disso, o Deputado Wilson Santos eu não sei se sabe, mas a nossa área, da Gleba Resistência, foi arrecadada na época, e ela é do Estado, eu gostaria de saber como é que fica essa questão. Ela é arrecadada e para fazer o assentamento tem que o Estado pagar, foi isso que a senhora falou aquela hora que eu estava muito preocupada. Não é? Na verdade, o Estado tem que pagar...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Quantas famílias têm lá?

A SR^a JOELZA MARANS DOS SANTOS - Cento e vinte e duas, cento e vinte e três, eu não sei precisamente falar certinho para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Assentamento de mais de 20 anos?

A SR^a JOELZA MARANS DOS SANTOS - Tem mais de 20 anos.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Foi no Governo Dante?

A SR^a JOELZA MARANS DOS SANTOS - Isso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Só que o Dante morreu já faz 12 anos.

A SR^a JOELZA MARANS DOS SANTOS - Pois é.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Doze anos da morte de Dante.

A SR^a JOELZA MARANS DOS SANTOS - E nós ainda estamos na batalha.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Agora vamos passar a palavra para a Dr^a Fernanda, que dará a resposta.

A SR^a JOELZA MARANS DOS SANTOS - A área foi arrecadada, temos uma cópia da escritura lá, Deputado, conosco.

Muito obrigada. (PALMAS)

A SR^a FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM - Sr^a Joelza, eu gostaria, Sr. Deputado, que registrassem em Ata a pergunta e a resposta.

O art. 16, parágrafo único, da Lei do Reurb, fala: “As áreas de propriedade do poder público...”... Sr. Presidente do INTERMAT... ...“...registradas no RGI que tem ação judicial versando sobre a sua titularidade poderão ser objeto do Reurb, desde que celebrado acordo judicial ou extrajudicial na forma e homologada pelo juiz.”

Então, pode, sim. Não impede, desde que o INTERMAT e o Governo concordem, e aí entra no parágrafo único, o valor entra no caso do que o INCRA refez, um valor que era 100 mil, hoje pode ser 10 mil, em suaves prestações, porque é antes de ter toda a valorização que a própria comunidade trouxe.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Dr^a Fernanda, na leitura que a senhora fez do art. 16, diz que tem que haver um acordo entre o dono da terra e o Estado, por isso que está em judice, porque não há acordo. Se a senhora pudesse ler novamente o art. 16, talvez eu tenha entendido mal.

A SR^a FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM - “As áreas de propriedade do poder público, registradas no Registro de Imóveis, que sejam objeto de ação judicial, versando sobre a sua titularidade, poderão ser objeto do Reurb, desde que seja celebrado acordo judicial ou extrajudicial, na forma desta Lei, homologado pelo juiz.”

Ou seja, Excelência, como é área pública, depende do Poder Executivo pôr um fim nessa briga judicial e trazer para a lei do Reurb. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Certo! *O.K!*

Passo a palavra, agora, ao Defensor Dr. Munir Arfox.

O SR. MUNIR ARFOX - A questão é que essa lei por ser nova causa algumas dúvidas, ainda. Realmente, no Estado, ainda, ela não foi aplicada. Já existe uma programação de levarmos um bairro de Várzea Grande na reunião da Comissão de Regularização Fundiária de Várzea Grande para que o Município regularize essa situação. Agora, se a situação estiver judicializada ou não e o proprietário for notificado, ele terá 30 dias para manifestar se concorda ou não. Se ele se mantiver omissivo; se ele não se manifestar ao contrário, será como se ele concordasse com a regularização. Então, tem que analisar cada situação detalhadamente. É lógico que a lei abriu um leque de opções que facilitam a regularização hoje em dia, mas toda regularização tem seus entraves que têm que ser ultrapassados.

Eu não sei se isso esclareceu, Vereador!

O SR. EDUARDO SALOMÃO MOREIRA SILVA (DUDU MOREIRA - FALA FORA DO MICROFONE) - Resumindo, não tem essa facilidade, não.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

O SR. MUNIR ARFOX - Não, a lei abriu um leque de opções, facilidades, mas todas elas têm que ser ultrapassadas. Tem algum obstáculo a ser ultrapassado. Há etapas para serem cumpridas. *O.K!*

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Nós temos os últimos três inscritos. Passo a palavra ao Vereador Ugo Padilha.

Depois, estão inscritos o Lázaro Avelino e, por último, o Beto, do Taquaral. São os três últimos inscritos.

Está sendo muito proveitosa esta Audiência Pública, muito esclarecedora. A comunidade teve a oportunidade de perguntar, de indagar. Trouxemos técnicos aqui para esclarecer.

Com a palavra, o Professor e Vereador Ugo Padilha.

O SR. UGO PADILHA - Boa tarde a todos e todas!

Cumprimento os componentes da mesa em nome do Deputado Wilson Santos, que foi meu professor; o Prefeito Valdirzinho; Dr. Munir; os vereadores presentes; as alunas da Agrovila que estão prestigiando esta Audiência Pública, enfim, toda a comunidade, os assentamentos.

Sr. Deputado; senhores que compõem a mesa; Presidente do INTERMAT. Esta não é a primeira Audiência Pública que eu participo. Aqui, na Agrovila, já houve outras. Eu estava conversando com o Beto, que é um batalhador da região do Taquaral. Já fizemos reunião, também, em Taquaral e em outras localidades.

Como já foi dito aqui, apesar da nova lei, há vários empecilhos para se resolver e conceder o título definitivo. Eu batalhei muito! Para quem não me conhece, ainda, eu sou daqui pertinho, sou do Bocaiuíval, para cá do Porto de Fora. Nós conseguimos regularizar a nossa área que é era do INCRA. Demoramos 15 anos, mas regularizamos. Todos lá têm os títulos, mas já participamos de muitas e muitas batalhas.

Santo Antônio de Leverger, Presidente, quase todas as localidades que, ainda, não têm documento estão mexendo. E, também... “Ah, porque é só arrumar o documento aqui, vai ao INTERMAT e já vai regularizar.” Eu estava conversando com o Vereador Mauro, que é de Varginha, e lá tem 6 anos e, ainda, não conseguiram o documento.

Mas eu quero dizer, Deputado Wilson Santos, que uma das grandes dificuldades é o georreferenciamento, porque muitos não têm dinheiro para bancar o geo. Muitos não têm! Eu me lembro, na época, na Gleba Resistência, a dificuldade que era para pagar o geo.

Então, eu gostaria de falar para o Deputado, ao Presidente do INTERMAT, para o INTERMAT por meio do Governo Estado, lógico, fornecer esse topógrafo, esse engenheiro para fazer esse georreferenciamento, porque muitos que estão aqui têm, mas outros não têm. Estamos mexendo em Barranco Alto. Ficou por 80 mil. É um lugar pequeno. O georreferenciamento ficou por 80 mil, 1000 mil reais de cada um. Essa é a dificuldade! Eu acredito, não sei também, que tem pessoal no INTERMAT para fazer esse georreferenciamento que já seria uma grande ajuda para aquelas pessoas que precisam do documento.

No mais, quero parabenizá-lo, Deputado Wilson Santos, por esta Audiência Pública, todos que organizaram, que é muito importante até para que, Prefeito, a população, o pessoal das localidades, dos assentamentos possam, realmente, se inteirar do que é preciso para regularizar.

Vamos continuar batalhando, porque uma hora os senhores ou nós iremos conseguiremos esse título.

Muito obrigado e um abraço a todos! (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Obrigado, meu querido!

O Ugo foi meu professor de Educação Física, em 1800 e pouco... (RISOS)...na nossa querida Escola Técnica, da Professora Edna Affi, Coronel Torquato, do Coronel Octayde.

O Lázaro Avelino é o próximo a falar.

O Lázaro é o Presidente da Associação dos Produtores da Agricultura Familiar, Comunidade São Sebastião.

E o Neco já vai se aproximando, porque é o último inscrito a falar e, depois, a mesa encerrará.

O SR. LÁZARO AVELINO DOS SANTOS - Boa tarde a todos!

Cumprimento os componentes da mesa em nome do Deputado Wilson Santos.

Tenho ouvido falar aqui somente de assentamento. O caso da Comunidade São Sebastião é um pouco diferente. Lá a pessoa pegou a fazenda, loteou, vendeu em lotes, chácaras de 5 hectares, 6 hectares, 10 hectares, mas parte da fazenda tinha documento e parte da fazenda não tem documento. Hoje, o pessoal está lá no desespero querendo os seus títulos e não tem como...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS FALA FORA DO MICROFONE) - Loteou as duas partes?

O SR. LÁZARO AVELINO DOS SANTOS - Loteou as duas partes!

E lá há 2 casos distintos ainda: a outra parte tem lotes de 1.600m, 2.000m² e sabemos que em Santo Antônio de Leverger a área rural é de 2 hectares para regularização. Não é isso? É o módulo fiscal.

Então, nós estamos lá com esses dois problemas. E são dois donos diferentes, também. Esse que tem 1.600m, 2.000m², 800m², era um dono; o outro de 2 hectares, 3 hectares, 4 hectares, 5 hectares é outro dono. Então, lá nós temos dois casos distintos.

É isso que queremos que seja resolvido para a nossa comunidade.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado!

Uma salva de palmas para o Lázaro. (PALMAS)

O Neco é último inscrito a usar a palavra.

É Neco ou Beto? Beto! Desculpe-me!

Com a palavra, o Beto, fundador, hoje, Presidente da Associação Santana do Taquaral.

O SR. JESUBERT RODRIGUES (BETO DO TAQUARAL) – Eu já cumprimentei a todos.

Agora, eu só quero fazer duas perguntas...

Uma nem é pergunta, eu quero falar ao Prefeito a respeito da nossa área. Nós temos lá uma área de 33 hectares que ficaram para ser feita a nossa cidade. Já começaram. Já temos lá mais de 30 moradores, temos 3 igrejas, temos lojas, temos oficina, tem uma casa que constrói poste de cimento, uma firma lá já. E essa área vai ser doada para a prefeitura tomar conta.

A outra pergunta que vou fazer aqui, pessoal, não é minha, é o povo que está buzinando ali, pedindo para eu transmitir a vocês. O nosso projeto econômico do assentamento foi aquele homem ali que fez há um punhado de tempo – estou vendo ele ali.

Estão me mandando perguntar o que vocês têm para nos falar, Valdirzinho e Deputado Wilson Santos, sobre a ambulância. Talvez, eu esteja até saindo da pauta da reunião, mas estou fazendo uma pergunta que o povo quer saber, pediu que eu viesse aqui e falasse, porque tenho coragem mesmo.

É só isso. (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

O SR. VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO (VALDIRZINHO) – Beto, uma vez doando a área para a prefeitura, seguindo a Lei nº 14.465, vamos tomar as providências seguindo o que determina a Lei, vamos segui-la. Falar em prazo eu não consigo, porque não sei qual é a burocracia para resolver isso aí.

Quanto à ambulância, como acabei de comentar com Deputado Wilson Santos, já é de ciência dele, fizemos a compra dela, a adesivagem, ela se encontra hoje no pátio da prefeitura para liberação do documento. Uma vez liberando o documento, porque não posso liberar a ambulância sem estar com o documento e o seguro obrigatório pago – vamos trazê-la para Santo Antônio de Leverger.

Então, em breve teremos uma ambulância na Agrovila das Palmeiras, uma emenda parlamentar do Deputado Wilson Santos.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Agora passamos para o encerramento. Vou conceder dois minutos a cada membro da mesa que queira falar para deixar as suas considerações finais.

Com a palavra, o Sr. Batmasteron.

O SR. BATMASTERON SCHMIDT – Primeiro, quero aproveitar este tempo para responder à pergunta do Neco sobre a questão do CAR.

Deputado, isso é um problema sério que temos no Estado. O Governo Federal criou uma legislação que trata do CAR, que é um sistema simplificado, o Estado de Mato Grosso adotou um sistema diferente dos outros Estados e esse sistema, simplesmente, não reconhece os assentamentos da reforma agrária.

O SINCAR, que é adotado pelo Estado, não reconhece quando a matrícula do imóvel é superior à área ocupada, e aí a recomposição de mata tudo parte como se fosse um grande proprietário.

Nós estamos com uma discussão lá com a SEMA para que ela passe a adotar o SICAR Assentamento, que é um Programa que já foi desenvolvido pelo Governo Federal, mas estamos precisando de um apoio para que isso ocorra, realmente, porque essa discussão já está vindo há vários meses. E esse ocorrido que teve na semana passada acabou impactando, porque era justamente com as pessoas que estávamos tratando esse assunto.

Então, pedimos o seu apoio para que possamos adotar o SICAR Assentamento para regularizar a questão ambiental dos nossos assentamentos.

Com relação à área da vila do Assentamento Santana do Taquaral, nós precisamos que o Prefeito faça a solicitação e precisa também que a Câmara autorize a Prefeitura receber essa área em doação.

Depois nós podemos passar o procedimento correto para fazer isso, mas é possível... Lógico que isso não é um negócio para resolver amanhã. Nós precisamos de autorização para fazer a doação também do Ministério das Cidades. Precisamos de autorização do patrimônio da União, porque se houver outro órgão com interesse, nós temos que dar preferência para outro órgão. Tudo isso tem que ser olhado. Mas o processo iniciado uma hora chega ao final.

Gostaria de agradecer a presença de todos aqui! Esta reunião é muito importante para esclarecer dúvidas que existem, é uma oportunidade ímpar. Infelizmente, quem não veio perdeu.

Estamos à disposição para atender vocês lá na Superintendência, que fica ali no Centro Político, e também para esclarecer qualquer dúvida que vocês tiverem. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Com a palavra, o Sandro Negretti, da EMPAER.

O SR. SANDRO NEGRETTI – Boa tarde a todos!

Pessoal, estamos aqui há quase dois meses graças a um Termo de Cooperação com o Prefeito Valdir que propiciou a chegada da EMPAER aqui.

A princípio, estamos em fase de estruturação e tudo, mas o objetivo é ficar aqui e dar assistência técnica a vocês, orientação, inclusive, no crédito. Um dos maiores entraves do crédito é justamente esse assunto que foi discutido aqui. Terra sem regularização é muito difícil conseguir o crédito, isso foi dito aqui. Nós vamos ficar aqui. A ideia é ficar, permanecer. No momento, o que está em vigor...

Nós estamos aqui graças ao trabalho do Prefeito que propiciou, por meio de um Termo de Cooperação, a nossa vinda à Agrovila. A intenção é atender a região toda dentro da assistência técnica e extensão rural, conforme vai sendo necessário, e ampliar esse serviço; conhecer vocês e fazer parte da comunidade; instalar aqui e fazer parte da vida de vocês; colaborar, ajudar e orientar crédito, assistência técnica, o que for possível encaminhar nos lugares certos; trazer informação; trazer tecnologia, cursos, que é a função da EMPAER Assistência Técnica e Extensão Rural nos setores mais abrangentes que forem possíveis. O que nos couber, vamos trazer para vocês. Certo? Essa é a nossa função aqui e fazemos com prazer (PALMAS).

O SR. DEMILSON NOGUEIRA MOREIRA – Finalizando, eu queria cumprimentar, primeiro, a Assembleia Legislativa, em nome do Deputado Wilson Santos, pela realização desta Audiência Pública extremamente valiosa; aproveito para cumprimentar os meus colegas da Assembleia Legislativa que estão trabalhando para este evento.

Quero dizer aos senhores que, hoje, o INTERMAT, nas ações de governo que são desenvolvidas pelo Governo Pedro Taques, está presente em cooperação técnica com 23 municípios; na expedição de títulos rurais já promovemos 1.674 e até o final do ano ultrapassaremos a barreira dos 3 mil títulos, o trabalho continua e esse é o objetivo do Governo de Mato Grosso.

O INTERMAT está presente e estamos à disposição de cada um dos senhores lá. O Dudu já esteve conosco, já estivermos com o Vereador Mauro lá em Varginha e queremos estar presente, Prefeito, aqui também. Esperamos o senhor lá em Cuiabá. Vamos fazer essa cooperação técnica e também titular esta Agrovila.

Então, o INTERMAT está à disposição de cada um dos senhores! Estamos de portas abertas. Se vocês não forem, o INTERMAT deixa de existir. É importante a presença de cada um dos senhores por lá.

Um grande abraço a todos! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Com a palavra, o Prefeito Valdir.

O SR. VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO (VALDIRZINHO) – Quero agradecer a presença de todos; da Câmara Municipal; do Presidente; dos Presidentes de Associações; da Primeira-Dama Taiane; do nosso amigo Odélio; e de toda a população presente.

Quero parabenizá-lo, Deputado, pelo tema que é polêmico, que gera mesmo essa provocação, essa discussão, esse debate e nós temos que tentar unir os Poderes.

Quando os Poderes se unem, Deputado, quem ganha é a comunidade, quem ganha é a população.

Parabéns pela iniciativa!

Quero agradecê-lo mais uma vez pela indicação da Emenda Parlamentar com a qual adquirimos uma ambulância que será entregue. Em breve enviarei o convite para o senhor - se o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

senhor não puder vir mande um representante. Infelizmente o senhor não poderá vir, mas quero agradecê-lo mais uma vez pela Emenda.

Vamos transferir essa ambulância para uma UBS de Porto de Fora, onde atua o nosso Presidente, enfim, parabéns a todos que estão até agora, ouvindo até o final desta Audiência Pública.

Estarei na terça-feira, Sr. Presidente, no INTERMAT, para fazer esse Termo de Cooperação Técnica e avançar no sentido de regularizar a Agrovila das Palmeiras.

Muito obrigado.

Fiquem com Deus! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Encerrando esta Audiência Pública, eu quero agradecer as pessoas que vieram do Vale das Palmeiras, da Bocaina, do Taquaral, Santana do Buritizal, aqui da Agrovila, da Gleba Resistência, do Assentamento da Linha 4, da Comunidade Serrana, da Bigorna, do Vale do Assaí e o nosso pessoal de Rosário Oeste.

Quero fazer o pedido para que vocês adquiram, especialmente os vereadores, dar uma ajuda, o pessoal veio de longe, precisa abastecer, não é fácil, tem cinco ou seis vereadores, cada um vai comprar um, o Prefeito vai comprar, eu vou comprar, para eles retornarem. A Raquel e a Edleuza colocaram que eles voltam aqui para ensinar as mulheres como é que faz.

Eu me lembro de um tempo, Prefeito Valdir, Vossa Excelência era menino ainda, eu já era Deputado Estadual, o Clênio era Vereador aqui que nós juntamos forças e compramos um ônibus, reformamos esse ônibus.

Esse ônibus serviu, Nenê, durante muitos anos aos agricultores da região, que levavam seus produtos, ovo, farinha, batatinha, abóbora, mandioca, peixe, queijo, leite, requeijão, para vender nas feiras de Cuiabá. Era o ônibus do produtor.

Não sei se tem alguém que se lembra disso. Várias pessoas lembram.

Quando eu fui Deputado Federal, Prefeito Valdir, tive o privilégio de contemplar esta comunidade com uma emenda que produziu um miniestádio aqui. Construímos, inaugurou, inclusive vim jogar, quase fiz um gol. Se eu soubesse que você não deixaria eu fazer o gol, eu tinha deslocado essa emenda para outro município... (RISOS) ...porque há um combinado, onde eu ponho emenda para miniestádio, Valdir, no jogo de inauguração, está lá no contrato para liberar emenda, esse combinado: eu bato o pênalti até fazer o gol... (RISOS)

Eu quero agradecer demais.

Eu falo que isso aqui é um santo remédio. Eu estava com dor no estômago, eu comi três grãos disso e acabou a dor no estômago. Esse é um testemunho meu. A natureza é onde está o verdadeiro remédio, puro, sem química.

Onde tem um pote deste aqui eu saio no murro, aloito, dou até tesoura voadora. Isso aqui é um santo remédio e vocês têm isto por aqui. Tem tantas outras coisas. Tem a Mangava-brava, que é um santo remédio para gastrite, tanta coisa aí. Está faltando Ciência para entendermos as coisas.

Eu quero agradecer a todos; ao Prefeito que veio; a você, Clênio, é um prazer enorme revê-lo; ao Lázaro, meu amigo de longa data; ao ex-Vereador Franklin, da Casa Civil, que ajudou a organizar; ao Neco que correu todas as comunidades; ao Beto que está aqui.

Muito obrigado ao Presidente do INTERMAT, que deixou a tarde inteira seu trabalho.

Obrigado ao Negretti, da EMPAER; ao Defensor Público, Dr. Munir.

Muito obrigado, Batmasterson.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Vereador? Agradeço ao Bosco, a todos vocês; a Câmara Municipal. Deu até *quórum*. Não é,

Prefeito, se tiver alguma matéria para ampliar o orçamento, já vamos colocar em
votação.

Muito obrigado. Fiquem com Deus!

Declaro encerrada esta Audiência Pública (PALMAS).